

A FAMÍLIA COMO CAPITAL SOCIAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Marcelo Couto Dias¹

RESUMO

Este artigo pretende elaborar uma revisão da literatura sobre a família como capital social. Inicia-se com uma discussão conceitual acerca do capital social. Em seguida, busca-se identificar se, e de que modo, as relações familiares têm aparecido na literatura sobre o capital social.

Palavras-Chave: Capital social. Família. Desenvolvimento social.

1 INTRODUÇÃO

Ao se discutir família é sempre importante lembrar que suas formas e características estão intimamente relacionadas à realidade social na qual ela se encontra. Essa é uma das razões que levaram a Sociologia a dedicar atenção a este grupo social.

A realidade contemporânea, marcada por intensas transformações nos diversos âmbitos da vida, gera na família uma constante demanda por readaptação. Por isso, um fato amplamente analisado pelas Ciências Sociais tem sido a dinâmica das relações familiares ao longo das últimas décadas. Neste ponto é perceptível que não se trata de um ou outro aspecto que vem sofrendo mudanças, mas sim de uma série de transformações que atingem os grupos familiares nas diferentes camadas da sociedade.

As readaptações constantes da família certamente ocasionam mudanças nos recursos de que este grupo social dispõe e que, ao mesmo tempo, coloca à disposição dos seus membros. Muitos estudiosos têm chamado de capital social este conjunto de recursos que os indivíduos ou os grupos possuem e que facilitam a sua inserção social.

À medida que estes recursos facilitam a inserção social fica evidente o quanto eles são importantes, sobretudo para as famílias de camadas populares que, em geral, estão mais vulneráveis. Diante desse quadro, interessa-nos encontrar respostas às seguintes indagações: no contexto sociocultural atual, marcado pela emergência de uma pluralidade de formas de

¹ Licenciado em Ciências Sociais (UFBA). Mestre e doutorando em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal). Professor da Universidade Católica do Salvador (UCSal).

convivência e novos desafios à solidariedade social, em que medida as relações familiares constituem uma fonte de capital social?

Para isso, inicialmente, será traçado um panorama acerca do conceito de capital social, a fim de identificar os principais elementos presentes nas diferentes definições. Em seguida, será analisada a literatura recente a fim de identificar se, e de que modo, as relações familiares têm sido consideradas como fonte de capital social.

2 CAPITAL SOCIAL

Rodríguez-Sedano et al (2009) afirmam que a origem do conceito de capital social pode ser encontrada nas discussões de Lyda Judson Hanifan, na primeira metade do século XX, sobre escolas comunitárias rurais. Ali o termo capital social é usado para descrever aqueles bens intangíveis que são mais valorizados por cada pessoa na vida cotidiana tais como a boa vontade, a competência e a organização, a solidariedade e os relacionamentos sociais entre indivíduo e famílias que compõem uma unidade social (HANIFAN *apud* RODRÍGUES-SEDANO *et al*, 2009).

O capital social tem uma precisa base antropológica e sociológica: o ser humano é uma realidade única que se desenvolve na coexistência com outros. Ou seja, nós nos desenvolvemos no contexto de relações sociais. Assim, a sociabilidade constitui-se como característica de todo ser humano (RODRÍGUES-SEDANO *et al*, 2009).

Putnam (1993) definiu o capital social como sendo as características da organização social, tais como, confiança, normas e redes, as quais podem melhorar a eficácia da sociedade facilitando as ações coordenadas. Na sua obra esse conceito aparece como chave de leitura da economia, da política e do debate social.

Na sociologia contemporânea o termo ganhou destaque através dos escritos de dois autores: Coleman e Bourdieu. Para o primeiro, o capital social pode ser considerado como fruto de uma série de diferentes entidades com duas características comuns: (1) todas consistem em algum aspecto da estrutura social e (2) facilitam certas ações dos indivíduos que estão dentro delas (COLEMAN, 1990). Já para Bourdieu (1992) o capital social pode ser

entendido como o conjunto dos recursos, reais ou potenciais, disponíveis para um indivíduo ou um grupo de pessoas graças a uma rede durável de relações de mútuo pertencimento e reconhecimento.

Na América Latina, a CEPAL tem promovido eventos e publicações que retomam a questão do capital social. Isso por que consideram a importância do enfoque do capital social para o desenho de programas de superação da pobreza. Em uma dessas publicações, Arriagada *et al* (2004, p. 36) afirmam que “el capital social puede ser entendido de manera genérica como un recurso intangible, que permite a personas y grupos la obtención de beneficios por medio de relaciones sociales dotadas de confianza, reciprocidad y cooperación”.

O quadro abaixo, ao relacionar os aspectos destacados por cada autor, ajuda a compreender a variedade de definições que o capital social tem recebido.

Autores	Ênfases da definição	Benefícios
P. Bourdieu	Recursos reais ou potenciais de uma rede durável de relações.	Permite a mobilidade social de agentes na estrutura social. Papel do conflito. Explicita relações desiguais de poder.
James Coleman	Associações horizontais e verticais	Constitui um ativo de capital para indivíduos e facilita suas ações.
Robert Putnam	Associacionismo horizontal	Redes sociais e normas que afetam a produtividade da comunidade.
Francis Fukuyama	Recursos morais e mecanismos culturais	Sociedade civil saudável e bom funcionamento institucional.

Fonte: Arriagada *et al* (2004).

Os estudos sobre o tema têm destacado os benefícios advindos de uma vasta proporção de capital social presente em uma comunidade.

Sinteticamente, pode-se identificar: (1) o acesso à informação que uma pessoa ganha à medida que são desenvolvidas determinadas relações, que ajudam na busca por emprego, oferecem oportunidades, proporcionam mobilidade social; (2) a capacidade de influenciar os rumos de ações coletivas. Dessa maneira, a pessoa torna-se ator importante no contexto em que se encontra; (3) a partilha de laços de solidariedade e senso comum; (4) a maior capacidade de organização e mobilização comum visando melhorias de bem-estar geral (PETRINI *et al.*, 2010, p. 189).

Ao mesmo tempo, alguns estudos têm alertado para certos riscos que um significativo aumento do capital social pode trazer para um grupo social ou mesmo para a sociedade.

É possível destacar: (1) perda da liberdade individual devido a fortes laços de obrigação mútua; (2) diminuição da criatividade e inovação pessoal; (3) distanciamento do grupo em relação ao resto da sociedade devido ao excesso de identificação local e restrições do fluxo de informação e recursos vindos de outras fontes; (4) defesa de objetivos que vão de encontro aos interesses mais gerais da sociedade (PETRINI *et al.*, 2010, p. 189).

No contexto social contemporâneo, marcado pelo avanço do processo de individualização, o risco maior parece ser não o de um aumento do capital social, mas sim o de um déficit crescente.

Mesmo sem fazer referência ao conceito de capital social, muitos pesquisadores têm se debruçado sobre a questão dos recursos que os indivíduos e grupos mobilizam em vista da superação das diferentes situações de vulnerabilidade às quais estão submetidos. Bastos e Rabinovich (2012), por exemplo, tratam das ferramentas culturais que são empregadas na luta pela sobrevivência, consideradas como meios de transformação.

Nos contextos de pobreza, algumas dessas ferramentas culturais, como a memória coletiva, tornam-se recursos que permitem a organização e o direcionamento da luta pela sobrevivência, com importantes consequências políticas. Neste mesmo horizonte, as autoras apresentam a questão da resiliência associada à noção de oportunidade, entendida como a disponibilidade de recursos específicos: institucionais, materiais ou humanos. Estes recursos podem ser empregados na negociação das restrições estruturais. Além disso, constituem-se como ferramentas culturais a cultura popular e oral, a identificação do grupo: pertencimento e espiritualidade, e a esperança e o destino (BASTOS; RABINOVICH, 2012).

No Brasil o conceito de capital social tem sido sempre mais utilizado. Um dos autores que têm utilizado este conceito é Marcelo Baquero, ao relacionar democracia formal, cultura política e capital social. Para ele a coesão comunitária tem o potencial de assegurar um desenvolvimento econômico e social naquelas realidades em que a ação governamental não obteve êxito, possibilitando o desenvolvimento social. Nos seus escritos a família não aparece como fator relevante na construção das redes que geram capital social, mas há uma valorização das organizações da sociedade civil, como elementos catalisadores do capital social que se encontra no território.

Grande parte dos estudos sobre capital social dá pouca ou nenhuma atenção à família. Esse fato é curioso, sobretudo se considerarmos as camadas populares onde, em geral, a solidariedade familiar aparece como principal recurso de proteção contra as vulnerabilidades.

3 A FAMÍLIA COMO CAPITAL SOCIAL

Mesmo não tendo recebido a devida atenção por parte dos estudos sobre o capital social, “é impossível não considerar a importância da família para a aquisição, por parte das novas gerações, de aptidões e hábitos positivos ou negativos que possibilitem ou dificultem seu crescimento” (PETRINI; FONSECA; PORRECA, 2010, p.190). Assim, é possível falar de uma “capital social familiar”.

Entretanto, falar de capital social gerado pela família nos remete diretamente para a questão acerca do que é próprio da família, afinal, na sociedade contemporânea os indivíduos fazem família das maneiras mais diversas (a dita “pluralização das formas familiares”) e a sociedade os encoraja à máxima variabilidade (DONATI, 2008). Ao buscar as razões que nos permitem afirmar que a família é fonte de capital social, não se deve identificar a família com uma determinada forma histórica. É necessário buscar aquelas características que acompanham a família independente dos vários modelos por ela assumidos ao longo do tempo. Neste sentido, uma importante contribuição pode ser encontrada na abordagem relacional da família, desenvolvida por Donati (2008).

Ele mostra que o *proprium* da família é “a qualidade única de relação de reciprocidade plena entre os sexos e entre as gerações” (DONATI, 2008, p. 73), que a diferencia de outras

relações sociais e que pode ser encontrada nas diversas formas assumidas pela família ao longo do tempo.

No caso da família - como uma relação social - podemos e devemos dizer que, do ponto de vista sociológico, não é o mesmo que outras relações primárias, quais são a simples amizade ou a relação de cuidado entre os parceiros, porque, embora possa incorporar essas últimas, a família exige algo de mais específico, uma diferença que faz diferença. Esta diferença é a reciprocidade entre os sexos e entre as gerações, ou seja, a família como uma relação (*nexus*) que conecta o eixo do casal marido-mulher e o eixo genitores-filho. (Tradução nossa) (DONATI, 2011, p. 8)²

A reciprocidade a que se faz referência neste conceito de família “consiste na troca direta entre as partes com base na regra do dom (troca simbólica), que implica ir ao encontro das necessidades do outro segundo as próprias possibilidades, esperando do outro o mesmo” (DONATI, 2008, p. 229). Em outras palavras, a reciprocidade “pode ser definida como um tipo de relação de troca que é ativada por um dom [...] feito com finalidade de gerar um circuito alargado de prestações e contraprestações, cujo valor (suprafuncionalidade) é aquele de produzir integração (solidariedade) social” (DONATI, 2008, p. 202). Essa reciprocidade se dá naquelas que são as relações fundamentais nas quais a família se gera e vive, isto é, a relação de casal (conjugal) e a de filiação. Além disso, ela pode ser definida como uma reciprocidade plena, à medida que se refere, pelo menos potencialmente, a todas as dimensões da relação social entre os sujeitos.

Ainda sobre a definição de família, Donati (2008) alerta para o fato de que essa plena reciprocidade entre os sexos e entre as gerações é uma espécie de “genoma” da família que, assim como o genoma humano, precisa “ser posto em condições de se desenvolver e operar, se quisermos que os indivíduos se tornem pessoas humanas e sociais” (p. 203).

Rodríguez-Sedano *et al* (2009) afirmam que o casamento é o principal produtor de capital social, através do nascimento e criação das crianças. As relações familiares são redes que multiplicam e asseguram aquele capital que a sociedade precisa para se desenvolver e progredir.

² Nel caso della famiglia – come relazione sociale – possiamo e dobbiamo dire che, dal punto di vista sociologico, essa non è uguale ad altre relazioni primarie, quali sono la semplice amicizia o la relazione di cura tra conviventi, perché, pur potendo inglobare queste ultime, la famiglia richiede qualcosa di più specifico, una differenza che fa differenza. Questa differenza è la reciprocità fra i sessi e fra le generazioni, ossia la famiglia come relazione (*nexus*) che connette l’asse della coppia uomo-donna e l’asse genitori-figlio.

Segundo Carvalho (2003, p.15) a expectativa de que a família “produza cuidado, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento, capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem” está no imaginário coletivo. Porém, nem sempre é isso que emerge das relações familiares. Na família também acontece violência, abusos, más condutas; porém é importante salientar que estes fatos acontecem *na* família, mas não são o produto *da* família (DONATI, 2012). Estes fatos resultam de um modo equivocado de relacionar-se que não corresponde à estrutura da relação familiar.

A relação familiar é tanto mais válida e completa, em termos de seus efeitos de humanização das pessoas e em termos de desempenho de seus deveres sociais, quanto mais a reciprocidade da qual se sustenta é plena, que envolve as pessoas que fazem a família no amplo espectro das dimensões da vida cotidiana.³ (Tradução nossa) (DONATI, 2011, p. 8)

Assim, é nas relações familiares de plena reciprocidade e de cooperação entre os sexos e entre as gerações que se cria o ambiente microssocial necessário para a geração e o aprendizado de recursos emotivos, cognitivos, normativos e valorativos que estão na base da construção de vínculos sociais (PRANDINI *apud* PETRINI; FONSECA; PORRECA, 2010). A família é fonte de capital social para seus membros e para a sociedade, por criar vínculos intersubjetivos e sociais. Entretanto, este capital depende de como a família está organizada e da qualidade das relações que são vividas, pois, as diversas formas familiares refletem diferentemente na subjetividade e identidade de seus membros, especialmente quando se trata de crianças e adolescentes em formação. Nesse sentido, pode-se gerar mais ou menos capital, de acordo com suas características estruturais e relacionais.

A família passa a ser considerada um capital social precioso para a sociedade, à medida que nas relações que a constituem são gerados bens fundamentais que Donati (2003) chama de “relacionais”, entre os quais se destacam: confiança, reciprocidade, amor, proteção. É possível também que as relações familiares apresentem um déficit de bens relacionais e, nos casos de violência intrafamiliar e de outros problemas, originem um capital social negativo.

³ La relazione familiare è tanto più valida e compiuta sul piano dei suoi effetti di umanizzazione delle persone e sul piano dell'assolvimento dei suoi compiti sociali quanto più reciprocità di cui si sostanzia è 'piena', ossia coinvolge le persone che fanno famiglia nee' ampio spettro delle dimensioni della vita quotidiana.

Pesquisas empíricas (PRANDINI, 2012) têm demonstrado que no interior da família são gerados e transmitidos valores que representam um bem para a sociedade, como a honestidade e o respeito às leis, a confiança nos outros (mesmo desconhecidos) e a capacidade de sacrificar-se gratuitamente por quem tem necessidade.

É possível identificar no capital social familiar uma dimensão interna às relações familiares, como recurso que beneficia diretamente os membros da família e uma dimensão social, na medida em que os recursos apropriados pelas pessoas são, ao mesmo tempo, relevantes para o bom desenvolvimento da convivência em sociedade (PETRINI; FONSECA; PORRECA, 2010). Os mesmos autores chamam atenção para o fato de que se trata de uma propriedade da relação e não dos indivíduos.

É importante considerar também que o tempo é uma variável que influencia a geração e a forma do capital social familiar (PETRINI; FONSECA; PORRECA, 2010). Fatores como o contexto histórico cultural, o tempo do ciclo familiar e as interações entre os membros da família, além de outros eventos especiais, precisam ser observados a fim de se verificar as reais possibilidades de geração deste capital. A temporalização do capital social familiar é fundamental para evitar considerar esse conjunto de recursos como um estoque fixo de bens, sem dar-se conta que ele se modifica com o passar do tempo e com a variação de outras circunstâncias (PETRINI; FONSECA; PORRECA, 2010).

Sem mencionar o conceito de capital social o trabalho de Sarti (2004, p. 202) afirma que “a primeira característica a ressaltar sobre as famílias pobres é a sua configuração em rede” e não em núcleo, como se afirma comumente. Comentando as ações com famílias a autora adverte que, na maioria das vezes, essas ações confundem família com unidade domiciliar “desconsiderando a rede de relações na qual se movem os sujeitos em família e que provê os recursos materiais e afetivos com que podem contar” (SARTI, 2004, p. 202). Mais uma vez temos o reconhecimento da família como uma fonte de capital social, ou seja, de recursos reais e virtuais que facilitam a vida dos indivíduos em sociedade.

Nessa mesma linha o estudo de Carvalho *et al* (2006) lembra que essa rede na qual a família se configura viabiliza a existência dos indivíduos dando-lhes apoio e sustentação, solucionando problemas cotidianos e permitindo a manutenção do sistema de trocas que garante os vínculos sociais e a comunicação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de capital social, entendido como recursos intangíveis que facilitam a inserção dos indivíduos na vida em sociedade e que são adquiridos pelas pessoas e pelos grupos ao pertencerem a uma rede durável de relações, nos remete para um conjunto de dimensões importantes para se compreender a dinâmica da vida social e que não são fáceis de medir em termos quantitativos e monetários.

O enfoque do capital social nos chama atenção para aqueles fatores que parecem invisíveis. No caso de desafios como a pobreza, nos ajuda a compreender que ela não pode ser explicada e enfrentada apenas a partir de categorias quantificáveis, como renda, por exemplo. Assim, abre espaço para políticas públicas que olhem para a situação de pobreza e demais vulnerabilidades sociais não somente a partir daquilo que falta, mas também daquilo que se tem, dos recursos presentes.

A compreensão do capital social familiar abre caminho para um modo de intervenção de tipo subsidiário que apresente de modo explícito a finalidade de sustentar as relações familiares e promover os recursos produzidos por essas relações, quando que fragilizadas ou em situação de risco, para que as famílias sejam ajudadas a realizar suas tarefas próprias e não substituídas por órgãos públicos.

REFERÊNCIAS

ARRIAGADA, I.; MIRANDA, F.; PÁVEZ, T. **Lineamientos de acción para el diseño de programas de superación de La pobreza desde el enfoque Del capital social: guia conceptual y metodológica**. Santiago de Chile: CEPAL, 2004.

BASTOS, A. C. S.; RABINOVICH, E. P. Being poor: cultural tools for surviving. *In*: Valsiner, J. (Org.). **The Oxford Handbook of Culture and Psychology**. New York: Oxford University Press, 2012.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. *In*: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 65-69.

CARVALHO, M. C. B. de. O lugar da família na política social. *In*: _____ (Org.) **A família contemporânea em debate**. 5 ed. São Paulo: EDUC / Cortez, 2003.

CARVALHO, A. M. A. *et al.* Vínculos e redes sociais em contextos familiares e institucionais: uma reflexão conceitual. **Psicologia em estudo**. Maringá, v. 11, n. 3, p. 589-598, set./dez. 2006.

COLEMAN, James. **Social Capital, Foundations of social theory**. : Harvard University Press, 1990.

DONATI, P. **Família no século XXI: abordagem relacional**. São Paulo: Paulinas, 2008.

_____. **La politica della famiglia: per un welfare relazionale e sussidiario**. Roma: Edizioni Cantagalli, 2011.

_____. La famiglia è ancora una risorsa per le persone e per la società? Le tesi contro e le tesi a favore. In: _____ (Org.). **Famiglia risorsa della società**. Bologna: Società editrice il Mulino, 2012.

PETRINI, G.; FONSECA, R.; PORRECA, W. Pobreza, capital humano, capital social e familiar. **Memoradum**, 19, 184-197 out. 2010.

PRANDINI, R. Famiglia e capitale sociale. In: DONATI, P (Org.). **Famiglia risorsa della società**. Bologna: Società editrice il Mulino, 2012.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2000.

RODRIGUEZ-SEDANO, Alfredo; COSTA-PARIS, Ana; AGUILERA, Juan Carlos. The Decline of the Family as a Source of Social Capital in the EU: Some Indicators. **Educ.educ**. [online]. vol.12, n.3, 2009, pp. 161-177.

SARTI, C. A. Algumas questões sobre família e políticas sociais. In: JACQUET, C; COSTA, L. F. (Orgs.). **Família em mudança**. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2004.